

Rosa Weber reafirma missão do CNJ de priorizar as minorias

14/02/2023

O compromisso do Conselho Nacional de Justiça com o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e na defesa e fomento de nosso Estado Democrático de Direito foi reafirmado pela presidente do órgão e do Supremo Tribunal Federal, ministra Rosa Weber, nesta terça-feira (14/2), durante a abertura da 1ª Sessão Ordinária de 2023.

CNJ



CNJ Rosa Weber reafirma missão do CNJ no tratamento prioritário das minorias

Ao enfatizar que o início do ano do Judiciário não foi afetado pelo ataque antidemocrático de 8 de janeiro, a ministra enfatizou que a Justiça prossegue com a missão de tornar efetivo o direito, de viabilizar a vida em sociedade e de realizar justiça.

A ministra destacou que o CNJ seguirá com a missão de instituir políticas judiciárias de caráter nacional para entregar uma prestação jurisdicional qualificada, efetiva e célere, “sempre tendo presente a necessidade de tratamento prioritário às minorias diante das marcantes desigualdades sociais e econômicas que constituem verdadeira chaga neste Brasil de tantos Brasis”.

A presidente do CNJ anunciou que, além de prosseguir com iniciativas como o Programa “Fazendo Justiça”, que amplia o acesso ao Poder Judiciário pela população privada de liberdade, e o Programa “Justiça 4.0”, que recorre às novas tecnologias para elevar a eficiência do Judiciário, o Conselho investirá em ações para atender o jurisdicionado e defender os direitos humanos.

Entre os projetos que receberão atenção do CNJ, a ministra elencou a ampliação dos mecanismos de erradicação do sub-registro civil e de paternidade e o enfrentamento da exploração do trabalho infantil, do trabalho em condição análoga à escravidão e ao tráfico de pessoas. A presidente observou que o Conselho seguirá no combate ao racismo estrutural, a buscar soluções para questões fundiárias e a investir na adoção da justiça restaurativa na educação.

A implementação de ações para responder aos litígios afetos à subsistência e convivência familiar, especialmente as ações de infância, família, violência doméstica, e ainda trabalhistas e previdenciárias e para buscar a efetividade na aplicação do direito infracional e penal, com foco nas ações preventivas e na dignidade da execução penal, com promoção de oportunidades de ressocialização, também foram apontados por Rosa Weber como prioridades para 2023.

Democracia inabalada

Ao enfatizar que o início do ano do Judiciário não foi afetado pelo ataque golpista de 8 de janeiro, a ministra destacou que o Poder Judiciário prossegue com a missão de tornar efetivo o Direito, viabilizar a vida em sociedade e realizar justiça.



“Inabalada restou a nossa democracia, como inabalável continua. A simbólica reconstrução [do Plenário do STF] em tempo recorde evidencia que o sentimento de reverência à Justiça, que não reside na argamassa ou nos tijolos dos prédios, e sim no espírito das instituições democráticas, supera qualquer espécie de ódio irracional ou de pérfido fanatismo”, afirmou.

Na avaliação da ministra, a manutenção dos trabalhos institucionais do Poder Judiciário foi a resposta aos atos de violência sofridos. “Frustrado restou o real objetivo dos vândalos que assaltaram as instituições, intensa a repulsa demonstrada pelas autoridades públicas e pela sociedade civil desde as primeiras horas que se seguiram à invasão criminosa”. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-fev-14/rosa-weber-reafirma-missao-cnj-priorizar-minorias-2/>